



A LINGUAGEM INCLUSIVA E A DIVERSIDADE DE GÊNERO

Autora: Lílian Aparecida Mudado Suassuna Martins

Universidade de Fortaleza – UNIFOR

liliansuassuna@gmail.com

Co-autor: Gabriel Suassuna Bonisson

Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

suassunagb@gmail.com

RESUMO: A reflexão a que este artigo se propõe destina-se a investigar o potencial de representatividade da expressão *linguagem inclusiva*. Parte-se da pressuposição de que existe uma variedade bastante significativa de seres que não podem (ou não querem) enquadrar-se nas duas categorias de gênero historicamente instituídas. A disposição para investigar o assunto deve-se ao acompanhamento das discussões encetadas em *blogs* assinados por LGBTs e nas grandes redes sociais sobre novas formas de designação de gênero e também, de forma mais ampla e sutil, na convivência diária com pessoas que se designam de maneira alheia às formas convencionais de masculino e feminino. Trata-se de investigar a validade da expressão *linguagem inclusiva* sob a ótica daqueles que procuram, no âmbito da linguagem e da expressividade do discurso, novas denominações capazes de melhor representar suas subjetividades. A resposta a esse anseio é a formação de palavras, tais como *transgêneros*, *transexuais*, *sexualidade não-binária*, *pangênero*, dentre outras. O tema é desenvolvido a partir da tentativa de investigar a semântica da expressão *linguagem inclusiva*, aqui considerada como uma das respostas à luta empreendida pelo movimento feminista. Segue-se breve discussão sobre a noção de gênero e sua relação com a linguagem, que conduzirá ao próximo tópico de discussão a respeito da semântica ideológica que sustenta a expressão *linguagem inclusiva*. Finalmente, tecem-se as considerações a que se chegou após as reflexões aqui propostas.

Palavras-chave: linguagem inclusiva, gênero, diversidade.

INTRODUÇÃO

A discussão a respeito do significado da expressão *linguagem inclusiva* não pode prescindir de uma abordagem acerca da histórica supremacia do gênero masculino, cristalizada na língua sob a alegação de que essa categoria taxonômica encampa, com fidedignidade, seu contraponto feminino. O emprego do substantivo *homem* para fazer alusão à totalidade dos seres humanos, a designação das profissões, cargos e funções,

expressos no masculino, e a utilização de formas masculinas para se dirigir às pessoas em uma audiência são exemplos dessa histórica marcação de superioridade.

A característica masculinizante da língua encontrou resistência a partir de um forte sentimento de insatisfação com a representação feminina, cujas raízes estão fincadas no grande movimento feminista, iniciado ainda no século XIX. Já nessa época, deu-se a marcha das mulheres rumo ao direito



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

de atuação efetiva em todas as instâncias da vida social, após longo período de submissão feminina, que, de tão longo, assumiu a condição de verdade indistintamente entre homens e mulheres. As reivindicações feministas, no entanto, ultrapassavam a busca pela igualdade de condições sociais. Havia a premente necessidade de ter autonomia sobre sua vida e seu corpo, o que marcaria uma nova forma de interação entre homens e mulheres (Pinto, 2010). Era de se esperar que essas lutas resultassem em alterações de natureza social, hoje observadas no campo profissional, no alargamento dos limites sexuais, na possibilidade de distribuição das tarefas domésticas, entre muitas outras conquistas.

Nesse compasso de ganhos substanciais, a linguagem é, talvez, a fronteira última a ser transposta, uma vez que a língua, principalmente no que tange ao registro lexical e a seus mecanismos de flexão, está na dependência das mudanças de hábitos, costumes e conceitos. Em outras palavras, o surgimento de novos registros vocabulares dá-se como resposta às necessidades humanas, cujo conceito foi por longo tempo elaborado. Tendo em vista que as escolhas do enunciado operacionalizam-se a partir de um viés ideológico e histórico (BAKTIN, 2009), é de se supor que a luta feminista tenha deflagrado a insatisfação com as formas linguísticas que

apresentam a possibilidade de flexão de gênero. Assim, a marcação do gênero feminino, juntamente com a forma masculina, nos processos discursivos em que há a referência direta ao interlocutor é expressa na língua sob a rubrica de *linguagem inclusiva*.

Não resta dúvida de que o reconhecimento do ente feminino na linguagem atesta um avanço. Mas, afinal, quem realmente está incluído nessa linguagem? A resposta a essa questão esbarra em um problema: a diversidade de indivíduos que não se enquadram em nenhum dos dois gêneros estabelecidos com rigor pelas ciências biológicas e referendados pela linguagem.

Nesse ponto, importa questionar: a linguagem inclusiva é, de fato, uma linguagem que inclui? A resposta a essa pergunta passa, inevitavelmente, pela discussão de gênero como a categoria na qual se fundam noções bastante subjetivas e simbólicas que ultrapassam as fronteiras binárias tradicionalmente consideradas.

A reflexão a que este artigo se propõe tem por objetivo investigar se a menção à forma feminina na expressão linguística, nas situações discursivas em que houver a necessidade de representação do gênero, pode ser dita inclusiva, considerando o poder de representação do sintagma *linguagem inclusiva*. Parte-se da pressuposição de que



existe uma variedade bastante significativa de seres que não podem (ou não querem) enquadrar-se nas duas categorias de gênero historicamente instituídas. O percurso metodológico aqui empregado é o de uma revisão não sistemática da literatura, com o fim de promover uma reflexão a respeito do poder de representatividade da expressão *linguagem inclusiva*, à luz da abordagem de Judith Butler sobre o conceito de gênero.

A disposição para investigar o assunto deve-se ao acompanhamento das discussões encetadas em *blogs* assinados por LGBTs e nas grandes redes sociais sobre novas formas de designação de gênero e também, de forma mais ampla e sutil, na convivência diária com pessoas que se designam de maneira alheia às formas convencionais de masculino e feminino.

Trata-se de investigar a validade da expressão *linguagem inclusiva* sob a ótica daqueles que procuram, no âmbito da linguagem e da expressividade do discurso, novas denominações capazes de melhor representar suas subjetividades. A resposta a esse anseio é a formação de palavras, tais como *transgêneros*, *transexuais*, *sexualidade não-binária*, *pangênero*, dentre outras.

O tema é desenvolvido a partir da tentativa de investigar a semântica da expressão *linguagem inclusiva*, aqui

considerada como uma das respostas à luta empreendida pelo movimento feminista.

Linguagem inclusiva: de que se trata?

A linguagem inclusiva consiste na marcação do gênero feminino, juntamente com o gênero masculino, nas partes do discurso em que houver referência direta ao interlocutor ou nas situações em que a menção ao gênero coincidir com o sexo da pessoa a quem se refere. Assim, tem-se *sala dos professores e das professoras, queridos e queridas ouvintes, o leitor ou a leitora pode adquirir este fascículo pela internet, etc.* Em conformidade com o princípio da economia linguística, alguns optam por utilizar a barra seguida da desinência feminina no final da palavra (*sala dos professores/as, queridos/as ouvintes, o leitor/a pode adquirir este fascículo pela internet, etc.*). Há ainda os que preferem fazer uso de símbolos, como a arroba, para marcar (ou apagar?) a indicação do gênero ou utilizar o X com a mesma finalidade (JUNO, 2014). Outro recurso utilizado para garantir a linguagem inclusiva é a substituição de vocábulos mais específicos por hiperônimos, ou seja, optar por *corpo docente* ao invés de *os professores/as*, ou ainda utilizar *coordenação* em lugar de *os coordenadores*, etc (CANNABRAVA, 2008). Nessa linha, os recursos são inesgotáveis, pois



seguem o fluxo da imaginação e do sentimento do escritor em relação ao gênero.

É oportuna, no entanto, uma possível explicação para a prevalência do masculino sobre o feminino no âmbito da formação da língua. A língua portuguesa, advinda do latim, não possui o gênero neutro ou o terceiro gênero como a língua de origem, mas guarda seu resquício. Sabe-se que o latim é uma língua de declinações e, não raro, ao se declinar o vocábulo, há a coincidência de formas do masculino com o neutro. Exemplificando, têm-se os pronomes pessoais *is, ea, id* (ele, ela, isso), no caso ablativo: *eo, ea, eo* (para ele, para ela, para ele); no genitivo plural: *eorum, earum, eorum* (deles, delas, deles) (LENZA, 2012).

Como se vê, a conjunção entre as formas masculina e neutra propiciou a supressão do terceiro gênero, provavelmente por restar repetitivo, considerando exclusivamente o nível morfológico da língua. O extrato semântico, aqui completamente desconsiderado, impõe logo de início um severo obstáculo a esse procedimento. Não é possível estabelecer uma equivalência paritária entre o gênero neutro e a pessoa a quem se refere. Neste caso, o substrato da língua latina foi completamente absorvido pelos dois únicos gêneros restantes. A lembrança da igualdade entre as desinências masculinas e neutras propiciou a

inclusão destas últimas naquelas. Esta análise da estrutura superficial da língua, em última instância, espelha o embate de poder que se revela nas sutilezas das escolhas linguísticas, que determina as formas destinadas a vingar e aquelas que deverão perecer. Sendo assim, o estabelecimento do gênero, uma vez considerada essa categoria como distinta da noção biológica de sexo, ainda que estabeleça analogia com o ser – neste caso, humano – a que se refere, põe em evidência um sistema de relações de poder que pode abranger o sexo, mas não é diretamente determinado por ele (SCOTT, 1989). Há, neste ponto, a necessidade de se discutir a noção de gênero, o que será feito na próxima sessão.

O gênero além de dois

No início de 2014, o Facebook, atualmente a rede social mais acessada do planeta, divulgou a notícia de que iria disponibilizar mais de 50 opções de gênero, além dos dois tradicionalmente utilizados, ou seja, o usuário poderá escolher o seu gênero a partir de um leque de opções que levaria qualquer biólogo às raias da insanidade (FERRO, 2014). A iniciativa, que ainda não atinge os usuários brasileiros, vem fomentar a discussão bastante atual sobre a significação do gênero como categoria discursiva capaz de representar uma forma de ser e de sentir. Estabelecer uma relação de pertença a um ou



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

outro gênero, escolhido dentre as duas formas tradicionalmente aceitas, equivale a dividir a humanidade apenas em dois grupos, destino, aliás, que aguarda a todos nós. Desde que teve início a comunicação por meio de palavras, a história mostra que as pessoas têm se “encaixado” nesses dois termos, já que o gênero neutro nunca foi utilizado para se referir a pessoas.

A iniciativa da rede social Facebook pode parecer estranha ou mesmo exagerada à primeira vista. No entanto, ela converge para a ideia de um sujeito fragmentado diante de uma sociedade que lhe apresenta um sem-número de possibilidades, solicitações e necessidades como opções plausíveis de inserção, oferecendo ensejo para a constituição de um sujeito de múltiplas identidades que podem ser convergentes ou divergentes entre si (HALL, 2001).

Atualmente, os mecanismos de inclusão social, dentre os quais figura o da linguagem, são alvo de muitas discussões, especialmente no ambiente acadêmico, porquanto fazem parte de um projeto humano que persegue a igualdade de condições para todos os membros da sociedade. No campo da língua, esse propósito se faz sentir, por exemplo, na construção de fórmulas de saudação que iniciam discursos, tais como “Bom dia a todos e todas” em lugar do unilateral “Bom dia a todos”. Nesse caso

específico em que o gênero coincide com o sexo do interlocutor, a marcação binária tornou-se uma regra, muitas vezes sob a força da lei.

Algumas breves palavras sobre a noção de gênero e sua relação com a linguagem fazem-se oportunas. O dicionário Houaiss registra a aparição da palavra *gênero* no século XV, por via do étimo latino *genus*, *genaris*, cujo significado primeiro é *descendência, origem*. De fato, a primeira acepção do verbete aponta para “seres ou objetos que possuem a mesma origem ou que se acham ligados pela similitude de uma ou mais particularidades”. Esse significado estende-se até o âmbito da tradição gramatical das línguas neolatinas, que preconizam a existência de apenas duas possibilidades de gênero, aqui considerado em estreita relação com o sexo que pretende representar. Em geral, os recursos linguísticos usados para referenciar o gênero, sejam de natureza substantiva, adjetiva ou pronominal, têm alcance semântico limitado, em outras palavras, abrangem apenas os seres devidamente incluídos na classificação homem e mulher. Isso ocorre porque a condição primeira da linguagem é a incompletude, vez que sujeitos, sentidos e discurso nunca estão prontos e acabados (ORLANDI, 2012).



Butler (2003, p. 18), ao analisar a atualidade dos conceitos basilares do movimento feminista, sinaliza que “Os domínios da “representação” política e linguística estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito.”

Em que pese à classificação binária do sexo preconizada pela biologia, é também próprio da condição humana o não enquadramento em nenhuma das possibilidades tradicionalmente apresentadas. Ainda nas palavras de Butler (2003, p. 24), “mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois”.

A *História da Sexualidade* (FOUCAULT, 1988), traça o *modus operandi* da organização sexual nas sociedades contemporâneas ocidentais. Segundo o autor, às “sexualidades ilegítimas” cabe atuar em seus espaços de esconderijo, referendados por uma sociedade que as nega, mas as consulta e pratica. E assim, sob os olhos semicerrados daqueles que se julgam defensores de uma ordem que assegura e resguarda a continuação da espécie, tudo o que não está em

conformidade com os objetivos traçados pelos poderes dominantes e atuantes é negado, rechaçado, escondido, com direito à nomeação somente em tom pejorativo e descaracterizante. Nas palavras do autor, “O que não é regulado para a geração ou por ela transfigurado não possui eira, nem beira, nem lei. Nem verbo também” (FOUCAULT, 1988, p. 8).

Assim é que, no plano discursivo, dão-se muitos dos procedimentos de exclusão. Segundo Foucault, “longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, alguns dos seus mais temíveis poderes.” (FOUCAULT, 1996, p. 2-3)

A discussão sobre a construção do gênero em termos de linguagem traduz, em suas proporções devidas, a inquietação percebida nos discursos de grupos constituídos por pessoas que não se enquadram em nenhuma das duas macroclassificações tradicionais e, por isso, permanecem num “vácuo” em termos de designação linguística. Segundo Orlandi (2012), a criação de uma expressão linguística designativa se dá depois que um determinado conceito é detectado, reconhecido, assimilado e aceito como um saber. Talvez seja essa a explicação para o fato de a expressão



XII CONAGES

XII COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES
DE GÊNERO E SEXUALIDADES

“terceiro sexo”, empregada para abarcar semanticamente esse contingente inominado, ter perdido o seu poder de expressividade.

Resguardando-se sob o véu das boas intenções, muitas são as formas hoje utilizadas para marcar os gêneros na linguagem, por exemplo, as que se expressam por meio dos caracteres @ ou X em substituição às terminações o, a, os as, numa tentativa informal de abarcar a totalidade dos interlocutores. Ainda assim, ao lançar mão desse recurso, o que se intenta é “retirar das palavras o seu gênero ou incluir nelas ambos os sexos” (DUQUE et al, 2012). Acrescente-se o fato de que tais subterfúgios para propor uma pretensa igualdade são válidos apenas na escrita, cabendo à linguagem falada o enfado da repetição dos termos em ambos os gêneros, quando se quer fazer menção aos dois.

Do ponto de vista da tradição gramatical, os compêndios ainda trazem codificada a primazia do masculino sobre o feminino, certamente por se tratar de um conhecimento construído historicamente por homens. É oportuno lembrar que os primeiros registros das regras gramaticais, bem como a sua elaboração foram feitos por pessoas do sexo masculino. Portanto, não é nova a assertiva de que a gramática é sexista e machista. Exemplos há de palavras que, na sua forma feminina, se revestem de sentido pejorativo, caso dos verbetes “chefa” e “caba”

(feminino de cabo), para citar alguns. Bechara (2009), abordando o emprego do masculino com valor generalizante, cita a Lei Federal 2749, de 02 de abril de 1956, que pretendeu disciplinar os gêneros dos nomes designativos das funções públicas no âmbito federal. Nesse instrumento legal, ficou definido que os adjetivos e as expressões pronominais assumiriam feição masculina ou feminina, conforme o seu referente.

Um salto de 56 anos após a publicação dessa lei situa outro dispositivo legal bem mais recente, sancionado pela Presidenta Dilma Rousseff, sob a rubrica da Lei nº 12.605, de 03 de abril de 2012, segundo o qual passa a ser obrigatória a flexão de gênero “para nomear profissão ou grau em diplomas”.

Atualmente, tramitam no âmbito legislativo projetos de lei direcionados para o estabelecimento da linguagem inclusiva, sendo este o resultado de movimentos de pressão social que se opera por meio da ressignificação dos padrões discursivos historicamente assentados. Em 2013, os deputados Jean Wyllys e Érika Kokay deram um passo bem mais largo na direção da identidade de gênero. Os autores do projeto propõem o reconhecimento da identidade de gênero e a possibilidade de o indivíduo ser tratado de acordo com sua visão particular de si, podendo solicitar a retificação do sexo no



registro, com o consequente alinhamento do prenome e da imagem que se quer projetar (WYLLYS; KOKAY, 2013).

Vê-se, então, que a necessidade de representar pela linguagem a diversidade humana e de romper com a noção de que o feminino ou qualquer outra forma de identidade sexual estão impositivamente contidos no masculino, como se aqueles dependessem deste, tem sido tema de muitos estudos sobre a construção e o reconhecimento das identidades.

Cabe indagar se o que se toma como ganho, na verdade, não passa de um dos artifícios próprios do poder sociopolítico que tem na representação simbólica da língua um forte aliado para dissimular intenções.

O que a linguagem inclusiva não inclui

A atualidade vê-se às voltas com as novas percepções, perspectivas e formas de ser e estar no mundo que se impõem na sequência contínua dos fatos encetados pelos grandes movimentos sociais do início do século XX. Após mais de um século de lutas inauguradas pelo movimento feminista, convive-se hoje com as conquistas resultantes dessa empreitada, muitas delas já devidamente consolidadas. No âmbito da linguagem, uma recente conquista foi a inclusão da forma feminina sempre que for possível a flexão de gênero, nas ocasiões em

que essa categoria coincidir com a de sexo, o que passou a ser denominado de *linguagem inclusiva*. O termo *inclusiva*, que remete à ideia de inclusão, corresponde, neste caso, a um dispositivo cuja função principal é a de constituir um caminho capaz de dar conta dos processos modernos de subjetivação (GENARO, 2012).

Se a estrutura gramatical admite o gênero como a resultante de um acordo social voltado para a distinção (SCOTT, 1989), no âmbito das representações subjetivas, sua conceituação falha por não conseguir dar conta de traços característicos e, de certa forma, individualizantes. Assim, a linguagem se instaura como uma das ferramentas de que se serve o aparelhamento sociopolítico, cuja finalidade é, também, a de dissimular a força impositiva de grupos ou ideologias dominantes.

Scott (1989), ao passar em revista a significação da categoria *gênero* pela via da atribuição de sentido dada pela ótica feminista, propõe-se, como uma das bases para reflexão, a investigar como essa categoria funciona nas relações sociais humanas. Em sua percepção, a tentativa por parte dos historiadores de teorizar sobre o *gênero* redundou infrutífera em razão de suas análises permanecerem presas aos quadros tradicionais das ciências sociais, mantendo seu caráter limitado de definição por partirem



de generalizações redutoras ou demasiadamente simples.

Sendo o *gênero* uma representação discursiva formada a partir de constructos culturais, a suposição de que a sua significação se assenta em uma base universal capaz de responder aos anseios dos seres a que se destinam designar torna-se insustentável, vez que se desconsideram traços de singularidade em prol da manutenção de uma base identitária unificada. Butler (2003), ao questionar a estabilidade de significação das categorias de sexo e gênero, aduz que o binarismo do sexo é dado em um contexto pré-discursivo que deve ser compreendido como o resultado da construção cultural a que se chama *gênero*.

A discussão centrada no conceito de gênero e seus desdobramentos sociopolíticos tem alcançado, atualmente, questões bem mais amplas. Se por um lado a luta feminista deu ensejo ao surgimento de análises que desconstroem a estabilidade semântica da categoria *gênero*, esse movimento também impulsionou outros questionamentos a respeito do binarismo do sexo proposto pelas ciências naturais e da construção cultural do que vem a ser o gênero. Para além das considerações a respeito do que é ser homem ou mulher, masculino ou feminino, entra na pauta das discussões a insuficiência desses

termos para acolher formas outras de se conceber como sujeito (JUNO, 2012).

No âmbito da linguagem, a criação de novos termos, como pangênero, cisgênero, transgênero e cissexismo, tenta dar conta de um complexo universo de pessoas que não só manifestam orientações sexuais distintas das figuras historicamente construídas de homem e mulher, como também adotam modos de ser, de agir, de pensar e de vestir próprios (JUNO, 2012).

A inclusão da forma feminina, materializada na língua sob a categoria de *gênero*, nos contextos discursivos em que se faz menção à forma masculina tem estado a serviço da representação dos sujeitos nas esferas políticas que entendem essa menção binária como suficientemente capaz de abranger a totalidade de um grupo constituído por ouvintes ou leitores.

A título de exemplificação, um rápido passar de vista em páginas eletrônicas que tematizam a discussão sobre a linguagem inclusiva revela certa insatisfação com a representação linguística. Sendo assim, questiona-se o potencial de inclusão de expressões de chamamento como “todos e todas” e suas similares, haja vista que reiteram a existência de apenas duas opções de gênero, excluindo um imenso contingente de indivíduos que, por não se enquadrar em uma ou outra categoria, seguem à margem de



um reconhecimento identitário, que é também linguístico.

A ideia de gênero, como construção cultural materializada por meio da linguagem, não mais se conforma nos moldes preestabelecidos de classificação binária. Sendo assim, dar a essa linguagem o *status* de inclusivo é permitir que a invisibilidade social continue a ser a marca de um grupo de pessoas que está longe de ser minoria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cunhagem de termos dotados de amplitude semântica que abarquem a complexa diversidade de sujeitos é uma inequívoca realidade, facilmente constatada nas habituais formas de comunicação social. Apenas para citar um exemplo neste vasto mundo de conteúdos discursivos, constata-se a criação de novos termos nos meios eletrônicos de circulação de textos, espaço onde, supostamente, a liberdade de expressão se realiza de forma mais democrática.

Acontecimento recente e bastante representativo do que se diz é a iniciativa da rede social Facebook de oferecer a seus usuários um cardápio de mais de 50 opções representações de gênero (FERRO, 2014), cujo resultado, para dizer o mínimo, começa a levantar suspeitas sobre o poder de representação discursiva da expressão *linguagem inclusiva*.

A lista das denominações apresenta termos e expressões, em sua maioria de origem neológica, cujo significado irá parecer obscuro para aqueles que não estão familiarizados com as novas formas de expressão da sexualidade. Tomem-se como exemplos algumas das seguintes denominações: cisgênero masculino, cisgênero feminino, cisgênero homem, cisgênero mulher, gênero fluído, gênero variante, gênero não definido, gênero queer, intersexo, FTM (abreviação de feminino para masculino), MTF (abreviação de masculino para feminino), entre muitas outras (FERRO, 2014). Outras designações, como “trans lésbica”, “trans gay”, “travestis lésbicas”, “*crossdresser*”, etc., podem ser igualmente encontradas em páginas eletrônicas destinadas a dar visibilidade a essas novas expressões de gênero.

No âmbito da expressividade do discurso, considerando o viés ideológico de que faz uso a aparelhagem das relações políticas, pode-se conceber a linguagem inclusiva como um discurso que pretende maquiar a discussão sobre a multiplicidade dos gêneros, já que, uma vez representada no extrato linguístico a outra parte do binômio, o termo *inclusiva* tenta dar testemunho da boa vontade social de abrigar aqueles que, em algum momento, estavam do lado de fora.



O fato é que, uma vez posta a criatividade humana a serviço da representação linguística, o processo de visibilidade social começa a se pôr em marcha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bakhtin, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12ª ed, Huicitec, 2006.

Bechara, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

Butler, J. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

Cannabrava, B. Uma linguagem inclusiva. Em: *Linguagem inclusiva: coletânea de textos*. Disponível em: [http://www.scribd.com/doc/7276276/Linguagem-em-inclusiva](http://www.scribd.com/doc/7276276/Linguagem-inclusiva). Acesso em: 27 fev. 2016.

Duque, A. P., Noronha, R., & Weyl, L. *Linguagem inclusiv@: o que é e pra que serve?* In: Sousa Junior, J. G., Apostolova, B. S., & Fonseca, L. G. D. *O Direito Achado na Rua*. Vol. 5. Introdução crítica ao direito das mulheres. Disponível em:

<<http://petdirunb.wordpress.com/2012/06/29/1-linguagem-inclusiva-pra-que-serve/>> Acesso em: 15 fev. 2016.

Ferro, B. Rede social lista 56 opções de gênero para usuário escolher. Disponível em: <<http://www.diarioweb.com.br/novoportal/Noticias/Cidades/182292,,Rede+social+lista+56+opcoes+de+generos+para+usuario+escolher.aspx>> Acesso em: 14 maio 2016.

Foucault, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

Genaro, E. O conceito de dispositivo em Agamben. 2012. Disponível em: <<http://maelstromlife.wordpress.com/2012/09/15/o-conceito-de-dispositivo-em-agamben/>>. Acesso em: 23 abril 2016.

Hall, S. *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10º ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Houaiss, A. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

Juno. Deixando o X para trás na linguagem neutra de gênero. Disponível em: <<http://naobinario.wordpress.com/2013/08/01/deixando-o-x-para-tras-na-linguagem-neutra-de-genero/>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

Lenza, M. Por que a língua portuguesa não é machista. Disponível em:

<<http://petdirunb.wordpress.com/2012/06/27/por-que-a-lingua-portuguesa-nao-e-machista/>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

Orlandi, E. P. *Terra à Vista! Discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____, E. P. *Análise de Discurso. Princípios e procedimentos*. 10ª ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2012.

_____. *Discurso em Análise. Sujeito, sentido, ideologia*. 2ª ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2012.

Pinto, C. R. J. Feminismo, história e poder. *Sociologia política*, 36(18), 2010. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2016.

Scott, J. Gênero: uma categoria útil de análise. Trad. Guacira Lopes Louro. *Revista educação e realidade*, vol. 20, nº 2, 1995.